

**PENSAR NA VIDA: BIOGRAFIAS E REFLEXIVIDADE
INDIVIDUAL**
Caetano, Ana (2016), Lisboa, Mundos Sociais

Pedro Abrantes

Departamento de Ciências Sociais e Gestão, Universidade Aberta & Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Instituto Universitário de Lisboa. Edifício ISCTE, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. *Email*: pedro.abrantes@iscte.pt

No seu projeto de doutoramento, Ana Caetano propôs-se, nada mais, nada menos, aprofundar o conhecimento sociológico da reflexividade individual, entendida como “a capacidade de cada pessoa se pensar a si mesma no mundo” (p. 195). Trata-se de um desígnio que tem atravessado o projeto sociológico, desde as suas fundações, mas que poucos têm tido a audácia de trabalhar de forma sistemática, rigorosa e metódica, em termos teóricos e empíricos. *Pensar na Vida* é a súpula dos principais resultados deste estudo, num formato mais leve do que a tese, mas que não perde em consistência e confirma que a autora ganhou a aposta, apresentando um contributo válido, substantivo e inovador acerca de um dos grandes mistérios que permanecem, não apenas na teoria sociológica, mas em todos aqueles que ansiamos compreender melhor a existência humana.

Este produto não pode (a Sociologia *dixit*) ser desligado das suas condições de produção. Aqui importa sublinhar o papel do Doutoramento em Sociologia do ISCTE-IUL – nomeadamente, de António Firmino da Costa, orientador do estudo e cuja influência se sente a cada página, mas também de outros professores – na criação de um espaço fértil de pesquisas sociológicas, em que os conceitos de modernidade, reflexividade e desigualdades têm sido muito depurados, atualizados e debatidos, nas suas diferentes aceções e nas complexas relações que estabelecem entre si, incluindo a participação periódica de teóricos de ponta, a nível internacional, como Margaret Archer e Bernard Lahire. São precisamente as teorizações destes dois autores que servem de base ao quadro teórico da presente investigação, na senda de projetos de investigação recentes de alguns colegas de Doutoramento e de Centro de Investigação, bem como de projetos coletivos em que a própria Ana Caetano tem participado, vestígios do que se poderia designar um emergente movimento coletivo de investigação.

Ainda assim, longe de ser redutível a estas condições, a pesquisa reveste-se também de notável singularidade, um verdadeiro exemplo de agência (transformadora), não apenas pela referida escolha do objeto de estudo, mas sobretudo pela forma como o trabalha, em termos teóricos e metodológicos. Aliás, a ambição de analisar um objeto tão complexo e fundamental, através de um diálogo sem complexos com os principais autores internacionais nesta área, não procurando apenas

aplicar as suas teorias ao “caso” português, mas detetando lacunas e elaborando efetivamente avanços teóricos e empíricos, coloca a Sociologia portuguesa um patamar acima do habitual nas pesquisas aqui realizadas.

Sem querer afastar o leitor de uma leitura muito recomendável, convirá concretizar um pouco. A partir de uma revisão crítica de diversos estudos sobre o tema, o primeiro capítulo apresenta um modelo conceptual e analítico original para a compreensão dos processos de reflexividade individual, em que o “dualismo analítico” de Archer assume um papel de charneira, ao permitir explorar as dissonâncias entre estrutura e ação, mas que vai além do quadro proposto pela socióloga britânica, abrangendo os processos rotineiros e regulados pelo sentido prático, as múltiplas instâncias de socialização (a interiorização das estruturas), os contextos de interação ou as desigualdades de poder, recorrendo-se aos contributos de autores como Goffman, Giddens, Bourdieu, Lahire ou Mouzelis. No segundo capítulo, a autora apresenta um protocolo metodológico de observação empírica deste objeto, baseado no método biográfico e que orientou as entrevistas em profundidade a 20 pessoas com um perfil sociológico muito diversificado que constituíram o material empírico deste estudo. Nesta secção, Ana Caetano sinaliza e dá resposta a alguns dos principais desafios da observação científica dos processos de reflexividade individual, discutindo a própria experiência produzida pelo desenrolar das entrevistas e que conduziu a afinações no protocolo inicial.

A segunda parte da obra é dedicada aos resultados da investigação. No capítulo 3, apresenta-se uma tipologia de modos de reflexividade individual observados empiricamente. Nos restantes capítulos aprofunda-se esta análise em três dimensões: a formação da reflexividade (capítulo 4), o exercício da reflexividade (capítulo 5) e as consequências para a ação (capítulo 6). Os resultados permitem assim dar corpo à — e enriquecer a — noção de reflexividade individual defendida inicialmente, no plano teórico, e que ousou resumir da seguinte forma: a capacidade de cada pessoa se pensar a si no mundo é uma condição da vida social e, portanto, é universal e atravessa as diversas épocas históricas, mas as configurações que adota, bem como a sua relação com a própria ação, são muito variáveis (e desiguais), uma vez que estão ancoradas em contextos específicos de socialização e de interação, tanto aqueles que se mantêm durante períodos longos da vida dos indivíduos como outros que são fugazes, mas cuja intensidade pode gerar crises e traumas profundos.

Dignos de nota são ainda alguns avanços particularmente inovadores da pesquisa, tais como o estudo dos diálogos, tanto internos (aos indivíduos) como externos (com familiares, amigos, terapeutas ou com a própria investigadora), na produção da reflexividade, bem como a constatação das condições em que a

reflexividade não gera transformação, podendo contribuir para a reprodução social ou, em alguns casos, para a paralisação da ação (o que não deixa, de resto, de ser uma perturbação particular da ordem pessoal e social, frequentemente contribuindo para a reprodução das estruturas, acréscimo eu).

Dito isto, como qualquer outra, a pesquisa não está isenta de fragilidades, sendo a sua discussão uma das principais utilidades das recensões, no sentido de contribuir para o permanente questionamento e aprofundamento, próprios do método científico.

A este propósito, uma primeira nota prende-se com o carácter relativamente marginal que tem a Sociologia portuguesa, sobretudo na análise do material empírico recolhido, e que contrasta com um elogio fugaz a uma tradição de combinar o peso das estruturas e da ação na explicação da realidade social. Ora, em processos que a própria pesquisa identifica como decisivos para a compreensão dos modos de reflexividade, como o género ou as classes sociais (e que não deixam de apresentar algumas variações entre contextos nacionais), existem já estudos sobre a sociedade portuguesa que permitiriam passar dessa constatação a uma compreensão mais aprofundada dos dados recolhidos, promovendo uma certa triangulação e cumulatividade que são parte da robustez e profundidade do conhecimento científico. Louva-se a ambição da autora em superar o “nacionalismo metodológico”, na feliz expressão de Ulrich Beck, mas apenas quando isso não provoca algum retraimento analítico.

Em termos metodológicos, a autora apressa-se a afirmar que os desafios que se colocam a uma observação científica da reflexividade individual são os mesmos que têm enfrentado muitas outras pesquisas sobre práticas, representações, valores, etc., não se detendo o suficiente nos desafios específicos que coloca esta questão que, convenhamos, tem uma dimensão interna aos sujeitos, maior do que a maioria dos objetos sociológicos. A este propósito, sem perder a especificidade da abordagem sociológica ao tema, valeria a pena explorar o que podemos aprender com áreas como a Psicologia e as Neurociências, já com ampla experiência na análise da vida mental dos indivíduos. Não devemos esquecer, por exemplo, que as práticas e as representações têm beneficiado de múltiplas pesquisas, ora de corte quantitativo, ora de corte etnográfico, o que não é o caso da reflexividade individual.

Uma terceira nota relaciona-se com os perfis identificados. É certo que as tipologias são sempre arriscadas, sobretudo quando se baseiam em pesquisas qualitativas com um número reduzido de casos. Não excluindo a possibilidade de existirem outros tipos, a autora eleva a parada, ao assumir que não se tratam apenas de “tipos ideais”, mas que é possível efetivamente colocar os entrevistados nos cinco tipos de reflexividade identificados.

A associação de um perfil socialmente muito desfavorecido, nomeadamente com qualificações escolares nulas ou muito baixas, a uma “reflexividade pragmática” afigura-se particularmente problemático, não sendo claro em que medida esse tipo de reflexividade se distingue do sentido prático, uma necessidade feita virtude, em que a atribuição de sentido resulta sobretudo de uma interiorização de normas e discursos exteriores, enquanto a agência individual é reprimida pelo peso do destino ou por desígnios sobrenaturais. Aliás, em algumas passagens refere-se a escassez de estímulos à reflexividade ou a desigualdade de competências reflexivas, o que pode ser contraditório com a ideia de que a reflexividade é inerente à condição humana, variando sobretudo nos modos em que ocorre.

A distinção entre uma reflexividade “resistente” e outra “resiliente”, associadas a lugares de classe diversificados, pode também ser controversa, sendo que, em ambos os casos, parece estar em causa uma reflexão muito marcada por profundas mudanças na vida social, incluindo acontecimentos dramáticos no passado e estratégias (individualistas? conservadoras?) de luta contra a desqualificação e exclusão social.

Por seu lado, a tipologia parece deixar de fora, por exemplo, os casos documentados noutros estudos em contextos populares, de uma racionalidade orientada para a subsistência, de uma reflexividade mais orientada pela e para a ação coletiva ou também de um certo olhar contemplativo sobre si próprios e sobre o mundo, em que mesmo não se reconhecendo poder de agência ou de transformação, não deixa de se produzir uma reflexão, frequentemente com tons que variam entre o orgulho, o moralismo, a vitimização e o sarcasmo.

Em termos mais gerais, sendo admirável o esforço da autora para não fugir ao objeto do estudo, não deixa de ser importante ressaltar que a reflexividade individual é enformada por discursos, valores e ideologias — aquilo que se poderia designar por modos coletivos de reflexividade — com forte presença nos contextos socio-históricos específicos em que vivem e interagem os indivíduos. Será possível, por exemplo, dissociar a “reflexividade autorreferencial” da social-democracia, cosmopolitismo e relativismo contemporâneos ou a “reflexividade funcional” da ideologia meritocrática, “gerencialista” e neoliberal em voga? O ativismo político e as filiações religiosas não darão origem a modos de reflexividade distintos dos tipos identificados? Será legítimo pensar que esses sistemas simbólicos não penetram o âmago do pensamento dos indivíduos sobre si próprios e sobre o mundo? Não será essa ideia anti-sociológica? O que se pretende dizer é que, ficando claro que a reflexividade tem diferentes configurações, não apenas o exercício de definição de uma tipologia é extremamente arriscado, mas também a relação dos diferentes tipos de reflexividade individual com movimentos sociais, culturais e políticos merece um maior aprofundamento.

Finalmente, uma nota acerca do modelo analítico elaborado. Por um lado, compreende-se a distinção entre consciência (*locus* da reflexividade) e não consciência (espaço das disposições), aliás em linha com teorias da Psicologia e das Neurociências, mas não é muito convincente o facto de a primeira (e não a segunda) se subdividir entre “com referente social” e “sem referente social”. Será possível uma subjetividade sem referente social? E a que “outros pensamento reflexivos” dá origem? Por outro lado, reconhecendo a autora a importância das emoções, tanto na produção do sentido prático como nos processos de reflexividade, sendo aliás esta uma das constatações mais fortes da observação empírica, não deixa de se estranhar que as emoções não ocupem um lugar relevante no modelo analítico. De forma involuntária, não deixa assim de se reproduzir uma certa frieza racionalista na conceção dos indivíduos, presente nas teorias principais que serviram de base a este estudo.

Com estes últimos parágrafos não pretendemos anular os méritos notáveis da obra, apresentados inicialmente, mas somente contribuir com algumas notas para futuros aprofundamentos teóricos e metodológicos, suscitadas precisamente pelo enorme valor deste trabalho. E atendendo ao talento e juventude da autora, não me restam dúvidas de que ela própria, num futuro próximo, dará respostas convincentes a estas — e outras — questões centrais do projeto sociológico.

Nota

Por decisão pessoal, o autor escreveu este texto segundo as normas do novo acordo ortográfico.

Data de submissão: 22/08/2017. **Data de aceitação:** 30/10/2017.

